

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2013 – NÚMERO 2/2013

Aos vinte e dois dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e treze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão extraordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezassete horas e cinquenta e cinco minutos.

Registou-se a ausência do Vereador Carlos Pereira, que se encontrava de férias.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 21 de Janeiro de 2013.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 20, da reunião de 23 de Outubro de 2012. Com as alterações propostas pela Vereadora Regina Ferreira e pelo Presidente, a acta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Regina Ferreira questionou o Presidente acerca dos momentâneos cortes do abastecimento de água que têm assolado a vila.

Referiu-se também a rumores que davam conta da construção de uma habitação clandestina numa zona designada por Lote 10, perguntando o que se passava em relação a essa matéria.

Pedi em seguida um ponto de situação relativamente ao restaurante das Piscinas, agora que um bar passou a funcionar, e lembrou que o relatório da IGAL cuja consulta as vereadoras tinham requisitado na última reunião, ainda não lhes foi entregue, bem como outras informações anteriormente solicitadas.

A Vereadora Sónia Sanfona referiu-se aos rumores e insinuações que têm vindo a lume a propósito da associação que vai colaborar com a Autarquia na organização dos festejos do Carnaval. A Vereadora reconhece que estas coisas são sempre difíceis de gerir, seja para o Executivo, seja para a oposição, até porque nunca se sabe de onde surgem estes boatos, que fundo de verdade têm ou que intenções lhes estão subjacentes, e acrescenta que compreende que um Executivo não possa definir a sua acção em função desses boatos. Entende contudo que neste caso seria prudente que a Câmara produzisse um esclarecimento que terminasse de vez com as especulações em torno da identidade dessa associação, dando a conhecer a sua composição e a legalidade da sua constituição.

Para terminar, a Vereadora quis fazer uma reflexão para deixar à consideração do Executivo Camarário. De algum tempo a esta parte, segundo a Vereadora, tem-se assistido a uma sucessão de acontecimentos que, do seu ponto de vista, trazem alguma instabilidade ao relacionamento institucional, democrático e saudável que devia existir entre os vários órgãos da autarquia. Com efeito, tem havido alguns episódios de alguma confrontação e de alguma desautorização entre os diversos órgãos, o que a Vereadora considera contribuir para a criação de uma imagem muito negativa do Concelho e mesmo da actividade política no seu todo, além de, obviamente, perturbar o normal funcionamento dos órgãos. Um Executivo Camarário deve ter a tranquilidade e espaço democrático para poder exercer o mandato que lhe foi conferido. Por essa razão a Vereadora deixa aqui o apelo no sentido de se encontrar

uma forma de evitar que estes episódios continuem a acontecer e se possa obter tranquilidade, estabilidade e, de alguma forma, alguma uniformidade de acção dos três órgãos autárquicos eleitos pela mesma lista.

O Presidente passou a responder às questões, começando por dizer que não tem nota de nenhuma situação de falha no abastecimento de água, mas que procurará saber o que se passou junto da “Águas do Ribatejo”.

Relativamente à questão do Lote 10 da Zona do Eucaplital, o Presidente explicou que a situação se arrasta há vários anos e que não tem origem neste mandato autárquico, uma vez que todos os factos que deram origem à queixa de um dos condóminos se reportam a períodos coincidentes com os mandatos anteriores. Com efeito, a situação tem a ver com questões entre condóminos e também com a actividade fiscalizadora da Câmara. Um dos condóminos desse lote queixou-se da existência de obras ilegais por parte dos outros dois condóminos, tendo a Câmara na altura dado o encaminhamento devido ao processo junto do Gabinete Técnico, sendo que foi alvo do tratamento contra-ordenacional corrente da Câmara. Entretanto o assunto foi encaminhado para o Gabinete Jurídico, o qual afiança que se trata de uma questão do foro privado, a ser resolvido nas instâncias devidas, nomeadamente os tribunais. De resto, a melhor forma de as vereadoras tomarem contacto com a questão é consultarem o processo, que poderá ser facultado pelo Gabinete Técnico.

De qualquer forma, o Presidente sabe que o assunto é de vez em quando mencionado na blogosfera, no mesmo sítio onde surgem todos os outros boatos e calúnias, e que contribui para criar todo esse ambiente de desconfiança generalizada da acção política de que a vereadora Sónia Sanfona falava. Pegando, de resto, na parte final da reflexão da Vereadora, e tendo em conta os aspectos concretos ligados aos assuntos aqui trazidos hoje, o Presidente questiona se não valerá a pena encaminhar estes assuntos para o Gabinete Jurídico a fim de que a mentira e a difamação possam ser tratadas no local próprio. O Executivo tenta resolver as coisas do ponto de vista político, mas tem de reconhecer que se trata de uma luta desigual.

Relativamente ao restaurante das piscinas, o Presidente explicou que o bar está a funcionar depois de a pessoa que ganhou o concurso para a concessão do espaço ter iniciado actividade.

Quanto ao relatório da IGAL, o Presidente assumiu o lapso e prometeu enviar sem falta o documento.

No que diz respeito à associação Alpiarça 1295, trata-se de um grupo de alpiarçenses relativamente jovens, conhecidos de toda a gente e que está juridicamente constituída. No último ponto da ordem do dia desta reunião vem um pedido de licença especial de ruído desta associação, assinada pelo Presidente da Assembleia Geral e no qual constam o número de contribuinte da associação e a morada da sua sede social.

Por fim, em relação à reflexão da Vereadora Sónia Sanfona, o Presidente afirmou concordar plenamente com o que foi dito, reiterando que o que se deseja entre os vários órgãos autárquicos é que haja colaboração e solidariedade. Essa sempre foi de resto a perspectiva do Executivo camarário. O Presidente defendeu que sempre manteve uma boa relação com os seus opositores políticos e com os seus camaradas de partido, fosse quando era Vereador da oposição, seja agora como Presidente. Da parte deste Executivo Municipal, o Presidente garantiu que sempre procuraram e sempre procurarão dignificar o melhor que puderem o cargo que lhes foi atribuído pela população.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- **Grupo Paroquial das Cáritas de Alpiarça – Agradecimento pela cedência do espaço e de uma barraca.**

Deu-se conhecimento.

- **Ministério da Administração Interna – Guarda Nacional Republicana – Comando Territorial de Santarém – Coronel Rogério Manuel Gomes Corte-Real Figueiredo informa que cessou funções.**

Deu-se conhecimento.

- **ARS-LVT, Lisboa e Vale do Tejo – Reabertura da Extensão de Saúde do Frade de Baixo.**

Deu-se conhecimento.

Relativamente a este assunto, a Vereadora Regina Ferreira afirmou perceber que uma eventual reabertura da extensão de Saúde do Frade de Baixo seria muito complicado porque implicaria a deslocação de vários técnicos, mas entende que a Câmara podia encontrar formas de aproximar os utentes residentes no Frade de Baixo e o Centro de Saúde de Alpiarça, nomeadamente através da criação de um transporte periódico e da articulação com o próprio Centro de Saúde que poderia destinar um período para consultas exclusivas desses utentes.

O Presidente informou que essa possibilidade foi discutida na reunião que teve com a nova Directora Executiva do ACES, sendo que se está a estudar a forma de articular essa solução. O Presidente não deixou no entanto de realçar que essa é mais uma hipótese que implica a assunção de responsabilidades por parte do Município que são da Administração Central, com o ónus da despesa a recair na Autarquia.

A Vereadora Sónia Sanfona comentou que na sua opinião o bem-estar em termos de saúde da população, para além da educação e do apoio social vão passar a ser as principais áreas de intervenção das câmaras municipais, cuja acção vai ser cada vez mais virada para as pessoas e menos para as infraestruturas. Nesse sentido, e lembrando que as autarquias tiveram na última fase do QREN um incentivo relativamente aos projectos intermunicipais, a Vereadora perguntou se não haveria a possibilidade de a Câmara candidatar-se, juntamente com outros municípios, à aquisição de uma unidade de saúde móvel.

O Presidente afirmou não estar em condições de confirmar se é possível ou não, se bem que a nota de abertura das candidaturas determina a possibilidade de cada município apresentar apenas uma única candidatura, excluindo eventuais protocolos com a Administração Interna para recuperação de edifícios onde funcionem serviços desse órgão. De resto, o Presidente sabe que muitos municípios que optaram por essa solução estão descontentes com os resultados, uma vez que o funcionamento desse serviço coloca uma série de questões, desde logo ao nível da disponibilidade da equipa médica para operar a unidade, sendo que muitas vezes as viaturas acabam por estar mais tempo paradas do que a funcionar.

- **Tribunal de Contas – Direcção Geral – Homologação da conta relativa ao exercício de 2005 – Recomendações.**

Deu-se conhecimento.

- **SRU – Lezíria do Tejo – Contrato de Prestação de Serviços entre o Município e a LT – SRU.**

A Vereadora Sónia Sanfona comentou que o contrato não prevê nenhuma cominação para o caso de a SRU não elaborar o plano estratégico como se compromete com este contrato. A Vereadora entende que não é grave, mas que não deixa de ser um elemento desresponsabilizador. A Vereadora entende também que o contrato é exageradamente simples e que não tem, por exemplo, uma referência relativamente ao modo como este plano estratégico deve ser entregue e apresentado, nem prevê que o Município se possa pronunciar sobre o plano estratégico que for entregue, no caso de não concordar com alguns dos aspectos. De qualquer forma, a Vereadora não deixa de ver com bons olhos a participação do Município na SRU.

O Presidente explicou que, relativamente à forma de apresentação do programa estratégico, a não inclusão de nenhuma referência foi propositada, uma vez que caberá a cada município definir as formas de apresentação pública do resultado deste trabalho.

Relativamente a eventuais divergências que possam surgir em relação às propostas, o Presidente acredita que essa questão não se porá, uma vez que o documento terá de ser aprovado nos órgãos autárquicos.

Quanto ao desenrolar do projecto, como acontece normalmente nestas situações, a Autarquia acompanhará todo o processo através da intervenção dos técnicos da Câmara.

Já em relação ao facto de não estar previsto nenhuma cominação para uma eventual situação de incumprimento, o Presidente afirmou compreender a preocupação da Vereadora e comprometeu-se a levar a questão à direcção da SRU.

Deliberado por unanimidade aprovar o contrato de prestação de serviços e submeter à Assembleia Municipal.

- Município de Alpiarça – Informação Interna nº 1/Gabinete de Educação/2013 – Auxílios Económicos.

Deliberado por unanimidade aprovar a actualização da lista de auxílios económicos.

- Município de Alpiarça – Proposta nº 2/2013 do Vereador Carlos Jorge Pereira – Proposta de aceitação de doação à Câmara Municipal de alimentos e outros materiais para cavalos com o valor global de 2.717,73€, pela empresa Allfresh – Hortícolas de Alpiarça, Ld.ª.

Deliberado por unanimidade aceitar a doação.

- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente da Câmara – Proposta de atribuição de nome de rua – Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a integração do caminho municipal identificado em planta anexa, prolongamento da Rua Joaquim Magalhães.

Deliberado por unanimidade aprovar a integração do caminho municipal sob a toponímia da Rua Joaquim Magalhães.

- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente da Câmara – Proposta de apreciação e aprovação de Regulamento Municipal de Fiscalização Urbanística – Propõe-se que a CMA delibere apreciar e aprovar o Projecto de Regulamento Municipal de Fiscalização Urbanística em anexo à presente proposta.

A proposta foi retirada por faltarem algumas páginas ao documento, que por lapso não foram incluídas.

- Município de Alpiarça - Proposta do Presidente da Câmara – Proposta de atribuição de medalha de Honra – Propõe que a Câmara Municipal delibere revogar a deliberação aprovada por unanimidade em reunião do Executivo do dia 28/08/2012,

bem como delibere a atribuição da medalha de Honra, grau ouro, ao Padre Diamantino Henriques Marques.

O Presidente começou por dizer que se mantêm todos os pressupostos que constavam da proposta que foi aprovada em finais de agosto, a única diferença é a categoria da medalha. É certo que o Padre Diamantino é merecedor de distinção superior, mas é sobretudo pelo facto de ter sido um lapso, considerando que a intenção original era a atribuição da medalha de honra e o que foi aprovado foi a atribuição da medalha de valor e mérito, grau ouro. Portanto a proposta é no sentido de revogar a deliberação anterior e aprovar esta que aponta para a atribuição da medalha de honra, grau ouro.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que votou favoravelmente a atribuição da outra medalha e votará favoravelmente a atribuição desta, não podendo contudo deixar de comentar que, na sua opinião, a atribuição de medalhas deste calibre carecem de uma fundamentação mais detalhada do que aquela que acompanha a proposta. A Vereadora considera que não basta dizer que um determinado cidadão é reconhecido pelo “esforço, dedicação e trabalho em prol do Concelho e da comunidade”, por exemplo, para justificar a atribuição desta medalha, uma vez que um vasto número de pessoas se encaixaria nesse perfil. A Vereadora defende que futuramente se apresente uma justificação mais escrutinada que incluisse acções concretas e realizações que tenham distinguido as pessoas propostas.

A Vereadora Regina Ferreira reiterou as palavras da vereadora Sónia Sanfona e acrescentou que a justificação que foi apresentada para a atribuição de medalha de valor e mérito ao Padre Diamantino é a mesma que justifica a atribuição desta medalha de honra, pelo que não se percebe da leitura do texto em que medida se justifica a atribuição desta nova medalha depois de se ter atribuído a outra.

O Presidente lembrou que o enquadramento dos regulamentos de atribuição destas distinções é praticamente o mesmo para ambas as medalhas, regulamento esse que já vem de 1998 ou 1999. Embora o Presidente admita a hipótese de rever esses regulamentos, entende que estas matérias acabam por ser sempre subjectivas.

Deliberado por unanimidade revogar a decisão de 28/08/2012 e aprovar a atribuição da medalha de Honra, grau ouro, ao Padre Diamantino Henriques Marques.

- Município de Alpiarça – Parecer/Informação Técnica n.º 7/2013 – Hasta Pública sem propostas para compra de direito de replantação de vinha (Edital 02/2013). Propõe a publicação de novo edital com alteração do valor base bem como das respectivas datas.

Deliberado por maioria, com as abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar a abertura de Hasta Pública.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- Município de Alpiarça – Secção de Licenciamento de Obras Particulares e Loteamento – Informação Interna n.º 1/2013 – Pedido de Certidão – Cancelamento de hipoteca.

Deliberado por unanimidade aprovar o cancelamento da hipoteca.

- Município de Alpiarça – Serviço Técnico de Obras – Informação Interna n.º 3/2013 – Emissão de Parecer – Constituição de Compropriedade com ónus de indivisibilidade do prédio.

Deliberado por unanimidade aprovar a constituição de Compropriedade, de acordo com parecer técnico.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- **Município de Alpiarça** – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração n.º 1/2013.

Deu-se conhecimento.

- **Município de Alpiarça** – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP's – Alteração n.º 1/2013.

Deu-se conhecimento.

- **“Alpiarça 1295”** – Requerimento de Licença Especial de Ruído e isenção de pagamento de taxas para a realização de uma festa no pavilhão de espectáculos do recinto da feira, com início a 08/02/2013, das 21h00 às 04 do dia seguinte.

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão de Licença Especial de Ruído e isentar do pagamento das respectivas taxas.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.